

Phry

LEI Nº 741/94

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA O EXERCÍCIO ECONÔMICO FINANCEIRO DE 1995 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELO, Estado da

Paraiba.

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPITULO I DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º - Ficam definidas como Diretrizes Orça mentárias Gerais, as instruções que se observarão a seguir, para a elaboração dos Orçamentos do Município, relativas ao exercício econômico-financeiro de 1995.

SEÇÃO I DOS GASTOS MUNICIPAIS

Art. 2º - Constituem os gastos municipais aque les destinados à aquisição de bens e serviços necessários ao cumprimento dos objetivos do Poder Público Municipal, em todos as suas funções de Governo, bem como, ao atêndimento dos compromissos de natureza social e financeira.

Art. 3º - Os gastos municipais serão estimados pelos serviços mantidos pelo Poder Público Municipal, considerando-se entretanto:

I — a carga de trabalho estimada para o exercí

continua.



fls. 02

cio econômico-financeiro de 1995, considerando-se as tendências naturais de crescimento das necessidades comuns ao erário Público.

II — os fatores conjunturais que possam refletir diretamente na produtividade dos gastos, especialmente os voltados para a área social.

III — que os gastos de pessoal localizado no serviço, serão projetados com base na política salarial estabe lecida pelo Governo Municipal para os seus funcionários.

SEÇÃO II DAS RECEITAS MUNICIPAIS

Art. 4º - Constituem as receitas do Município aquelas provenientes:

I - dos tributos de sua competência, estabe lecidos pela Constituição Federal;

II - de atividades econômicas, que por ventura
possa vir a executar;

III - de transferência por força de mandamento constitucional ou de convênios firmados com entidades Governamentais e privadas, sejam nacionais e internacionais.

Art. 5º - A estimativa das receitas considerará:

I - os fatores conjunturais que possam a vir influenciar a produtividade de cada fonte;

II – os fatores que influenciam as arrecada cões de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria;

III – as alterações da Legislação Tributária;

IV - aspectos reais e quantitativos de cada

continua.(.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO

fls. 03

fonte de recursos, mediante o que for evidenciado nos exercícios anteriores.

Art. 6º - O Município fica obrigado a arrecadar todos os Tributos de sua competência, inclusive o da Contribuição de Melhoria, quando for o caso.

Parágrafo Primeiro - O cálculo para o lançamento, cobrança e arrecadação, de Contribuição de Melhoria, obedecerá, necessariamente, a critérios que serão levados ao conhecimento da população, através da imprensa falada, escrita ou televisada.

Parágrafo Segundo - A Administração do Município, envidará esforços no sentido de diminuir o volume da Dívida Ativa inscrita de natureza Tributária, tanto por meio administrativo quanto por meio judicial.

Art. 7º - O Município fica obrigado a rever e atualizar a sua Legislação, sempre que fatos novos tornarem-se rotina, para o exercício de 1995, institucionalizando-se de forma a obedecer aos princípios do Direito Público, em especial os do Direito Tributário.

Parágrafo Primeiro — A revisão e a atualização de que trata o presente Artigo, compreenderá também a modernização da máquina fazendária, no sentido de aumentar a produtividade, aperfeiçoando os mecanismos de arrecadação.

Parágrafo Segundo — Os esforços mencionados no Parágrafo anterior se estenderão à administração da Dívida Ativa.

Art. 8º — As Receitas oriundas de atividades econômicas exercida pelo Município, terão as suas fontes revis





fls. 04

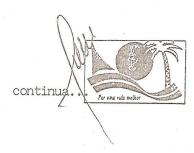
tas e atualizadas, considerando os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar as respectivas produtividades, adequando-as a política monetária Nacional.

SEÇÃO III

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMININTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 9º - O Município executará como prioridade as seguintes ações delineadas para cada Setor, como seguem:

- I Setor da Administração, Finanças e Orçamento;
- 1) revisão e atualização de alíquotas fixadas para cada espécie de Tributo;
- 2) treinamento, capacitação e reciclagem de recursos humanos:
- 3) modernização e informatização da administração Tributária, Financeira e Orçamentária, com aquisição de equipamentos de informática.
 - II Setor Social e de Educação e Cultura:
- 1) incentivar e melhorar a frequência e o aprendizado dos alunos da rede municipal de ensino, adquirindo e distribuindo material didático/escolar e agilizando o recebimento e a complementação da merenda escolar, bem como, distribuindo gratuitamente o fardamento completo do alunado da rede municipal de ensino;
- 2) treinar, capacitar e reciclar professores, em prol da melhoria da qualidade do ensino público municipal;
- 3) construção e instalação de uma Biblioteca Municipal, na localidade do grande Camalaú, incluindo acervo literário universitário;
- 4) construção e/ou recuperação de casas populares a serem doadas à população carente e de baixa renda,





fls. 05

principalmente localizadas na periferia urbana;

- 5) construção e implantação do Instituto Oceanográfico de Cabedelo, em local de atrativo turístico;
- 6) construção do Centro de Recuperação da Criança e do Adolescente;
- 7) inserir o ensino religioso no curriculum escolar da rede municipal;
- 8) construção do Centro de Recuperação para viciados (toxicômanos);
- 9) construção de um Centro Esportivo no Distrito Renascer, compreendendo quadra polivalente, praça e parque infantil;
- 10) construção de uma Quadra de Esportes, na localidade de Camboinha da Esperança;
- 11) construção de um Centro Comunitário, na localidade de Camboinha da Esperança;
- 12) construção de uma Creche, na localidade de Camboinha da Esperança;
- 13) construção de uma Creche, na localidade de Jacaré;
- 14) construção e instalação de uma Bibliote— ca com acervo literário do 1º e 2º graus, no conjunto Renascer III;
- 15) implantação do Museu Histórico e Cultu-
- 16) inserir o ensino da "história de cabedelo" no curriculum escolar da rede municipal, como também, "ini ciação ao turismo";
- 17) participar no pleno funcionamento da Fundação Santa Catarina;
- 18) implantação da Fundação Cultural da cida de de Cabedelo;
- 19) reformar e ampliação do Teatro Santa Ca-

III - Setor Econômico:

1) - incentivar e desenvolver meçanismos de





fls. 06

controle e acompanhamento, em conjunto com as repartições arre cadadoras, das esferas de Governo Federal e Estadual, localiza das no Município, para subsidiar informações competentes aos cálculos de percentuais de participação nas Transferências 'Constitucionais, no âmbito dos mencionados Governos;

- 2) incentivar o Turismo divulgando e propagando as belezas naturais e históricas, com patrocínio de festas folclóricas e de festividades do calendário normal, de forma genérica;
- 3) participar, através de Convênios, protocolos de Intenções ou ajustes, da preservação histórica e Cultura do Município de Cabedelo.

IV - Setor Urbano:

- 1) implantação de acesso do bairro de Jardim Manguinhos à BR-230;
- 2) reativar a Fonte Luminosa da Praça Getúlio Vargas;
- 3) construção de fossas sépticas e sumidouros, nos bairros de Miramar, Beira Mar, Jardim Manguinhos e outros;
- 4) calçamento das Travessas da Av. Carolino Cardoso, na Praia do Poço;
- 5) continuação dos trabalhos de contenção do Mar e Assoreamento das Praias Ponta de Mato e Formosa;
 - 6) reforma do Mercado Público;
- 7) construção de calçadão à Rua Anacleto Vitorino e feiras livres;
- 8) execução de projetos de escoamento das águas no Bairro Monte Castelo e outros;
- 9) construção de calçadão na Praia do Poço com a implantação de barracas padronizadas e iluminação ornamental;
- 10) calçamento da rua João XXIII, com melhoria de Habitações populares;

continua...



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO

fls. 07

- 11) construção de terminal rodoviário, proporcional a população usuária;
- 12) construção do Centro Social Urbano, em local a ser definido;
- 13) implantação da Escola de Pesca, em local a ser definido;
- 14) construção de calçamento das ruas Desembargador Severino Montenegro, Hamilton Herculano e Manoel Araújo Nascimento;
- 15) construção do Prédio do Fórum do Município;
- 16) construção de calçamento da Rua Antônio Paulino Serrano (Jardim Manguinhos);
- 17) construção e Urbanização do calçadão 'da Av. Cleto Campelo;
- 18) complementação de pavimentação da Rua Nossa Senhora dos Navegantes;
- 19) pavimentação dos acessos aos túmulos do Ceminário "Na Paz do Senhor", e devolução da entrada principal, antiga do cemitério;
- 20) construção do Ginásio de Esportes na Rua Pastor José Alves de Oliveira;
- 21) construção de barracas padronizadas no trecho da rua Miramar;
- 22) pavimentação da Rua Principal da Praia (comunidade) do Jacaré;
 - 23) pavimentação do Bairro Jardim Manguinhos;
 - 24) ampliação da Praça da Palmeira;
- 25) construção da Secretaria de Obras e Bem Estar e Ação Social, no Anexo ao atual prédio sede da Edilidade, adequando a estes ambientes para o Posto do Detran e da Junta do Serviço Militar;
- 26) construção do Almoxarifado/Arquivo Central;
 - 27) pavimentação da Rua Augusto Firmo Paulo,





fls. 08

antiga	Vila	Mares;
20100	v 1 1 0	11011000

28) -	pavimentação	da	Rua	Joaquim	de	Bento;
-------	--------------	----	-----	---------	----	--------

29) - construção de uma Praça no Loteamento

Jardim Campinense;

30) - pavimentação da Travessa São Pedro;

31) - pavimentação da Rua Desembargador Manoel

Feliciano Pinto;

32) - pavimentação da Travessa Santa Luzia;

33) - pavimentação Vila Monte Castelo;

34) - pavimentação da Rua Estudante Paulo Maia

de Guimarães;

35) - pavimentação da Av. Desembargador Sever<u>i</u>

no Monte Negro;

36) - construção de calçamento das Ruas Nilo Montenegro e Zuíla de Araújo, na localidade de Camboinha da Esperança;

37) - construção de uma Praça de táxi, no

bairro de Camalau;

38) - construção de um Mercado Público, no

bairro de Camalau;

39) - construção de uma Praça no Conjunto Renascer II;

nascer 11,

40) - construção de uma Praça no Conjunto Renascer III;

41) - construção de calçamento nas principais artérias dos conjuntos Renascer II e III;

42) - colocação de meio fio e barreamento da via principal do Recanto do Poço;

43) - construção de um prédio para funcionamento da Câmara Municipal, desafetando o prédio atualmente existente para funcionamento do FORUM;

44) — implantação de postos fixos da Secretaria Municipal de Turismo. nas seguintes localidades: Intermares, Praias do Poço, Jacaré e Fortaleza Santa Catarina e móvel em Areia Vermelha;





fls. 09

		,	45) - e	labor	ação	de	Projeto	Saneamento	Básico
е	Tratamento	de	Esgotos	para	todo	0	Municíp	io;	

46) - construção do Cemitério do Bairro Renas-

cer;

47) - construção da Padaria do Menor;

48) - construção do Matadouro Público, em local devidamente aprovado pela SUDEMA e o IBAMA;

49) - reforma da Praça José Américo de almeida;

50) - reforma da Praça Venâncio Neiva;

51) - iluminação do Campo de Futebol de Praia

de Miramar;

52) - construção de calçamento da Rua João Cas

tor de Sena;

53) - municipalização e reforma do Estádio Francisco Figueirêdo de Lima;

54) - construção do Posto de Vendas de tickets e vale transportes;

55) - implantação da rede elétrica da Rua Severino Teixeira de Oliveira;

56) - aquisição de uma vaca mecanica, para distribuição de leites, nas comunidades carentes;

57) - construção de calçamento do acesso ao Recanto do Poço;

58) — construção de calçamento do acesso ao Renascer II e III;

59) — construção de calçamento dos acessos de Camboinha da Esperança.

V - Setor de Saúde:

1) - criação do Centro de Atendimento ao Deficiente, com atividades de fisioterapia, neurologia e fonoaudio logia;

2) - criação de um parque aquático, para acompanhamento de patologias respiratórias e práticas de esportes municipais;

continua.



fls. 10

- 3) adaptação do antigo prédio do Pronto Socorro Municipal em Secretaria Municipal de Saúde;
- 4) Construção de um Posto Médico, na localidade de Camboinha da Esperança;
- 5) recuperação e aquisição de ambulâncias com equipamentos de emergência, equivalente ao número de postos de saúde administrados pela Secretaria de Saúde do Município.

CAPÍTULO II DO ORÇAMENTO DO PODER LEGISLATIVO

Art. 10 - A elaboração da Proposta Orçamentária do Poder Legislativo, obedecerá, na forma constitucional, ao disposto nesta Lei e especialmente:

I - a política, estrutura, quadro de pessoal e respectivas remunerações, observados os princípios da isonomia com o Poder Executivo, em atendimento ao disposto no art. 38, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e arts. 39 e 169, todos da Constituição Federal;

II - repasse dos recursos consignados no seu orçamento será feito mediante cota duodecimal, em função da disponibilidade do Tesouro Municipal, observada a Receita Mensal efetivamente arrecadada, nos termos do art. 168, da Constituição Federal.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 - A Lei Orçamentária Anual conterá à discriminação da Receita e Despesa e o programa de trabalho do Prefeito, em conformidade com o disposto na Lei Federal N° 4.320/64, como também o Quadro de Detalhamento da Despesa.

Art. 12 - O Prefeito Municipal enviará até o dia 31 de outubro o Projeto de Lei do Orçamento Anual e do Pla

continua. Por una vide melhor



fls. 11

no Plurianual à Câmara Municipal, que os apreciará, devolvendo -os até o dia 15 de dezembro para sanção.

Art. 13 — A Câmara Municipal encaminhará ao Prefeito até o dia 31 de agosto, a proposta Orçamentária da Câmara, a ser incluída na proposta geral do Município.

Art. 14 - Se o Projeto de Lei Orçamentária não for aprovado até o término da Sessão Legislativa, a Câmara Municipal será de imediato, convocada extraordinariamente, pelo seu Presidente, na forma do Art. 25, inciso II, da Lei Orgânica Municipal. até que seja o projeto aprovado.

Parágrafo Único - Caso o Projeto de Lei Orçamentária não seja aprovada até o dia 31 de dezembro de 1994, a sua programação poderá ser executada até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, em cada mês, até que seja aprovado pela Câmara Municipal.

Art. 15 - Os valores constantes para a previsão das Receitas e Fixação das Despesas, poderão ser revistos e atualizados, trimestralmente, de acordo com a variação percentual positiva, verificada entre a Receita prevista e a efetivamente arrecadada.

Art. 16 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

CABEDELO-PB, aos 14 de julho de 1994.

JOSÉ FRANCISCO RÉGIS

-Prefeito-

Profeitura Municipal de Cabedele José Francisco Régis Profeito

